



## **32ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA**

14 de outubro de 2008 – 9 horas

### **PAUTA**

#### **Expediente:**

- I. Aprovação da Ata da 31ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, de 09 de setembro de 2008;
- II. Informe sobre a consulta à Assessoria Jurídica da SVMA referente aos Termos de Convênio;
- III. Sugestão de inclusões na pauta.

#### **Ordem do dia:**

- I. Apresentação do Plano de Bairro de Perus;
- II. Deliberação sobre pedidos de reconsiderações ao CONFEMA;
- III. Deliberação sobre o procedimento de comprovação de gastos dos projetos aprovados pelo CONFEMA;
- IV. Deliberação sobre os seguintes projetos postulantes ao FEMA nos termos do Edital nº 05, de modo a habilitar a publicação de propostas selecionadas:
  1. Projeto: YBIRA – Boas práticas ambientais para uma vida melhor (SOS REPRESA GUARAPIRANGA);
  2. Projeto: “SACI” - SONHAR ACORDAR E INTEGRAR (Associação Saúde da Família);
  3. Projeto: FORTALECIMENTO DE GRUPOS DE COLETA SELETIVA, DA VILA PRUDENTE E JARDIM ELBA – ZONA LESTE, DA CIDADE DE SÃO PAULO (Movimento de Defesa do Favelado);
  4. Projeto: REDE DE COOPERAÇÃO DA CANTAREIRA (RECANTA) BOLSAS JOVENS DA FLORESTA (IDEAS - Instituto de Empreendedores Ambientais e Sociais);
  5. Projeto: CINEMA SOCIOAMBIENTAL (Organização Neo Humanitarismo Universalista – ONH-U);
  6. Projeto: “VIVER BEM NA CIDADE TIRADENTESVAMOS CUIDAR DO MEIO AMBIENTE E VIVER COM QUALIDADE DE VIDATODOS POR UM FUTURO MELHOR” (União Social Brasil Gigante Adormecido);
  7. Projeto: CAPACITAÇÃO EM AGENDA 21 LOCAL NA BELA VISTA (Novo Olhar);
  8. Projeto: MANANCIAL DE CIDADANIA (Comunidade Cidadã);
  9. Projeto: SEMENTES DA SUSTENTABILIDADE (Organização Não Governamental Alquimia);
  10. Projeto: SEMENTES PARA UM BAIRRO SUSTENTÁVEL (Associação Urusvati Mantenedora);
  11. Projeto: EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM O “PORTAL INTERATIVO DA REDE HÍDRICA DOS RIOS ALTO TIETÊ/PINHEIROS E CAPIVARI – MONOS” (Instituto Labor e Vita);
  12. Projeto: PLATAFORMA VERDE – PARELHEIROS (IBEAC – Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário).

**Coordenadora Helena Magozo:** Bom dia a todos e a todas. Nós vamos dar início à 32ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, 14 de outubro, aqui no auditório da UMAPAZ. Nós começamos pela deliberação sobre a ata da 31ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, de 9 de setembro de 2008. Os conselheiros que são favoráveis à aprovação da ata permaneçam como estão. Então, a Ata foi aprovada por unanimidade. Informe sobre a consulta a assessoria jurídica de SVMA referente aos



termos de convenio: o FEMA, a coordenação, discutiram com a Assessoria Jurídica de SVMA a fundamentação das decisões de contrapartida dos termos de convênio com base no Edital, no Decreto e na Portaria recém editados. Ontem à tardinha ainda nós tivemos mais uma reunião e nós combinamos de encaminhar uma consulta formal que eles nos devolverão com o posicionamento da Assessoria Jurídica e eu apresento a vocês. Não foi possível ainda ter esse posicionamento formal porque envolveu uma série de reuniões, uma agenda lotada das duas partes, mas proximamente nós apresentaremos pra vocês.

**Conselheiro Fernando Gasperini:** Conversei com o conselheiro Luis, titular da SEMPLA, sobre esse assunto que foi abordado na ultima reunião, ele me posicionou que além desse parecer da Assessoria Jurídica da Secretaria do Verde, foi acordado entre os conselheiros de ter também um Parecer da Procuradoria Geral do Município, sobre esse tema.

**Coordenadora Helena Magozo:** Não lembro disso. Foi isso? Então, assim que receber esse Parecer, eu já conversei com o AJ sobre esse encaminhamento, então, a PGM também. Sugestão de inclusões na pauta?

**Conselheiro Marcos Moliterno:** Eu gostaria de incluir uma discussão na pauta que seriam os temas dos novos Editais. Porque eu acho que o papel de conselheiro, nós vamos meio a reboque, porque somos obrigados a aprovar ou rejeitar um projeto de um tema que nós não participamos da discussão. Então eu gostaria que antes do próximo Edital, que houvesse essa discussão.

**Coordenadora Helena Magozo:** Mas tem havido, Moliterno. Até aqui na UMAPAZ mesmo, eu lembro que nós tivemos uma ampla discussão. Na época as sugestões da Cristina, eu lembro que a Cristina participou de uma forma ativa, nós consideramos e nós fazemos isso sempre. Isso é feito antes do lançamento uma discussão ampla.

**Conselheiro Marcos Moliterno:** Então está bom. Estou mais tranquilo. É porque eu faltei nessa reunião.

**Coordenadora Helena Magozo:** Porque nós temos feito e achamos muito importante a participação dos conselheiros nessa discussão. Inclusive nessa discussão de ter ampliado para cidade, que o Luiz participou ativamente, e mesmo a questão dos temas e as questões pertinentes ao Edital.

**Conselheiro Marcos Moliterno:** Está ótimo então, obrigado.

**Conselheiro Luiz Ferrua:** Eu gostaria de incluir neste tema que foi levantado, eu não diria a minha insatisfação, eu diria que eu estou insatisfeito com a colocação que tem sido posta em relação aos conselheiros. O fato é o seguinte, felizmente para nós, esse Fundo teve um tremendo sucesso. Realmente um tremendo sucesso que nós (incompreensível) parabéns. Mas o volume de projetos tornou inviável a nós conselheiros a análise mais aprimorada desses projetos. Então eu vou relatar o meu caso, e nós vamos ver se conseguimos melhorar essa análise. O fato é o seguinte: acredito que todos os conselheiros estão fazendo dessa maneira, eu leio a parte inicial para saber do que se trata e leio a análise feita pela CAV, não mais que isso. Eu acho que isso torna o papel do conselheiro muito limitado. Eu acho que ele deveria se envolver um pouco mais no mérito e não na análise técnica. Análise técnica continua sendo feita ela CAV, mas no mérito dos projetos.



**Coordenadora Helena Magozo:** Nós concordamos inteiramente com isso, agora qual é a proposta para isso ser viável?

**Conselheiro Luiz Ferrua:** Exatamente, o número de projetos inviabiliza isso. Então eu vim pensando de lá até aqui como poderíamos viabilizar isso. A primeira delas é o seguinte, pelo que eu percebi dando uma olhada, nós temos entre conselheiros e suplentes, nove ou oito, alguma coisa assim. Que sejam distribuídos para cada um desses conselheiros e suplentes, três projetos, ou dois, um número que seja, vamos dizer, razoável, não vinte e cinco. E cada um desses conselheiros ou suplentes relata todo o mérito na reunião que nós fazemos aqui.

**Coordenadora Helena Magozo:** Isso nós já tínhamos decidido anteriormente e não foi viabilizado.

**Conselheiro Luiz Ferrua:** Mas não foi implementado.

**Coordenadora Helena Magozo:** Não, nós mandamos a relação. Como foi combinado: que nós mandaríamos a relação, a gente informa os projetos habilitados, e que aí os conselheiros, por sua região ou por sua área de interesse, se relacionariam com algum dos projetos. Mas isso acabou não acontecendo.

**Conselheiro Luiz Ferrua:** Mas isso é um pecado grave, porque os projetos ficam aqui no CAV, eles não estão conosco fisicamente.

**Coordenadora Helena Magozo:** É, nós temos problemas em relação a isso, que é do sigilo em relação aos projetos. Tem coisas que nós estamos discutindo.

**Conselheiro Luiz Ferrua:** É, exatamente. Tem outras sugestões, eu estou colocando isso aqui em termos de (incompreensível)

**Coordenadora Helena Magozo:** Não, eu acho importante nós conversarmos.

**Conselheiro Luiz Ferrua:** Uma outra sugestão seria o seguinte, ao invés de começarmos nossa reunião às 9:00, começaremos às 8:00 e teríamos um prazo entre 8:00 e 9:00 para podermos analisar esse projeto.

**Coordenadora Helena Magozo:** Luiz, sem te questionar, várias vezes nós deixamos das 9:00 às 10:30.

**Conselheiro Luiz Ferrua:** Mas não foi suficiente, você lembra daquela vez?

**Coordenadora Helena Magozo:** Mas das 8:00 às 9:00 vai ser? Essa é que é a pergunta. Não estou querendo derrubar o seu argumento, eu estou querendo que a gente proponha questões exequíveis.

**Conselheiro Luiz Ferrua:** Uma outra sugestão é que as reuniões ao invés de serem feitas (incompreensível) sejam feitas semanais. Pelo menos até quando esse número de projetos decresça a um número razoável, que seja cinco por mês.

**Coordenadora Helena Magozo:** Não, nós temos picos realmente de avaliação de projetos, pois tem um momento de (incompreensível). Mas vamos combinar o



seguinte, nós temos um problema que os conselheiros estão colocando, que é o interesse e a convicção de que devam mais profundamente participar da avaliação dos projetos. Todos concordamos com isso. Vamos via e-mail em um primeiro momento, assim, seguida à reunião e nós vamos cobrar isso, colher sugestões e nós podemos pensar em estar propondo de como isso possa se viabilizar.

**Orador não identificado:** Já que nós estamos falando em via e-mail, esses projetos não são digitais, não tem versão digital deles?

**Coordenadora Helena Magozo:** Tem, mas temos o problema da questão do sigilo. Vamos ver se a gente consegue alguma coisa que garanta esse sigilo, algum compromisso, eu não sei. Nós precisamos ver.

**Orador não Identificado:** Mas seguramente uma das propostas, Luiz, que é você distribuir os processos entre os conselheiros, não precisa ser voluntário na verdade, que o conselheiro não precisa relatar um projeto que diz respeito a sua região, ele relata qualquer um. Eu sei, eu acho que não deveria ter essa preferência, até porque pode acontecer de não ter nenhum conselheiro vinculado à região do projeto. Não é para ter. Eu acho que poderia ter uma distribuição aleatória ou progressiva, seqüencial, e o conselheiro pega e relata. Recebe todos, para se quiser consultar cada um deles, o resumo, o que for, e aquele que vai relatar, ele vai ter a oportunidade de ler o projeto inteiro. Eu acho que talvez a gente possa viabilizar fazendo uma ordem seqüencial de distribuição.

**Coordenadora Helena Magozo:** Nós já podemos implementar essa estratégia no Edital 4 a fase 2 que nós vamos ter a questão da deliberação, então nós podemos já estar implementando isso no próprio Edital 4.

**Conselheiro Luiz Ferrua:** Só que eu queria colocar mais uma vez que o sentido é de aprimorar.

**Coordenadora Helena Magozo:** Não, eu acho que é importante.

**Conselheiro Luiz Ferrua:** Eu acho que temos feitos grandes coisas nesse ano que eu estou aqui. Felizmente para nós foi um sucesso no que fizemos. Então, nada melhor do que aprimorar.

**Coordenadora Helena Magozo:** Ta certo, acolhido e vamos buscar isso, a estratégia. Então, a ordem do dia, nós vamos estar começando pela apresentação do plano de bairro de Perus. Nós estamos aqui com a Subprefeita de Perus, com sr. Candido Malta, urbanista e responsável técnico pelo plano de bairro de Perus e eu pediria que ele assumisse aqui.

**Candido Malta - URBE:** Bom dia a todos. Eu queria iniciar minha exposição, primeiro, agradecendo essa oportunidade de vir aqui ao CONFEMA para expor o trabalho de uma fase ainda em andamento, o trabalho ainda não está terminado. Então vamos expor os pontos que queremos destacar. Tomaríamos mais tempo do que uma meia hora para expor em detalhe, então eu acho que eu devo fazer uma exposição mais resumida e aí algum dos pontos que o CONFEMA queira melhor explicação, aprofundamento, é só solicitar, nós faremos, e tem esse apoio aqui no power point. Enquanto ele está carregando, que sempre demora um pouquinho, aproveitar o tempo para fazer alguma exposição um pouco mais geral. O plano de bairro, conforme nós



praticamos de algum tempo, inclusive publicado em livros essa idéia, tanto da editora Nobel, que é “Cidades Brasileiras: sem controle ou o caos”, onde essa idéia pela primeira vez foi exposta em 1998, há 20 anos, e depois o “Reinvente seu Bairro” que foi um texto que publiquei justamente para incentivar essa pratica entre os cidadãos do Brasil. Entendendo que o plano de bairro é uma forma de democratizar o planejamento ao levar o cidadão comum a discussão do seu próprio bairro alavancando uma discussão mais ampla da cidade com um todo. O local de um certo nível de globalização que aí de novo está em jogo, uma tese bem conhecida dos ambientalistas de ligar uma questão menor a uma questão mais ampla e dessa forma estamos desenvolvendo nosso plano de bairro de Perus. A questão ambiental é vista de uma forma ampla, vista integrando todas as questões que podem se apresentar a um bairro e o plano então pretende ser completo nesse sentido de ser abrangente em todos os setores que o poder público atua. Não apenas a prefeitura, também o governo estadual e até o federal quando isso é próprio. A idéia do plano de bairro é desenvolver uma série de análises no diagnostico inicial a partir do qual se faz uma proposta, um conjunto de propostas. Esse diagnóstico apresentado numa assembléia, essa assembléia recebe esse diagnóstico e em seguida é desenvolvido um conjunto de propostas pelo escritório nosso, em conjunto com a prefeitura é apresentado à subprefeitura e na seqüência apresentado a comunidades em assembléia. Não se decide ainda nessa assembléia segunda, é na terceira assembléia em que isso vai ser votado. E a idéia é que essa votação, uma vez que se aprove ou aquilo que for aprovado, se transforme num projeto de lei. Na seqüência isso volta à subprefeitura que encaminha a SEMPLA e a SEMPLA aprovando envia a câmara municipal. E como se trata de um plano de bairro que está vinculado a um planejamento mais amplo, que é o plano diretor e a própria lei complementar, que é a lei de zoneamento. Naquilo que couber alterações ou proposta de alterações, isso é feito. Então o plano de bairro tem essa possibilidade de alterar tanto diretrizes do plano diretor, como diretrizes mais locais do plano regional que cada Subprefeitura tem. Como os senhores estão sabendo esse nosso plano de bairros se refere ao distrito de Perus. No que se trata da Subprefeitura de Perus ainda resta o distrito de Anhangüera a ser planejado. Essa metodologia que adotamos já de bastante tempo prevê uma pesquisa de campo. Essa pesquisa de campo pretende levantar aquilo que a população deseja por seu bairro. Ao mesmo tempo em que ela faz isso, ela percebe o nível de consciência que o cidadão tem dos seus próprios problemas. Em geral o nível de consciência muito setorizado, muito subdividido nos vários setores em que o poder público atua e essa visão mais abrangente, mais integrada, alguns poucos tem, em geral lideranças tem esse tipo de visão, e o inquérito feito ao nível dos bairros em geral não consegue detectar essa visão um pouco mais abrangente. Nós fazemos uma série de perguntas. Essas perguntas são respondidas em forma de um questionário e esse questionário é tabulado. Esse procedimento, eu acho que, agrega muita qualidade ao trabalho em termos de representatividade e legitimidade. Porque o cidadão realmente se sente representado nas respostas que foram feitas, porque elas são feitas de forma científica, no sentido de uma amostragem. Nós fazemos amostragem de 5% da população, o que dá um conjunto de questionários bem amplo, coisa de mil questionários foram passados e isso numa subdivisão dos bairros que são aquilo que nós ao estudarmos já a priori para fazer essa subdivisão, distinguimos como possíveis unidades ambientais de moradia. Esse conceito de unidades ambientais de moradia passar a ser então central no trabalho. Esse conceito de unidade ambiental moradia é um conceito de unidade de vizinhança recuperado, analisado e adaptado às condições concretas de um bairro de uma cidade brasileira. O conceito pressupõe a idéia de você ter um acesso a pé por parte do cidadão aos equipamentos sociais de educação, saúde, cultura e lazer, de forma que esse acesso a pé seja cômodo e seguro. Isso



significa uma definição no território de ilhas de tranquilidade, eu acho que é a expressão que mais define, o conceito é esse, de você ter áreas de bairro onde usar a rua como espaço, não apenas de percorrimento, mas espaço de convívio social é importante. Isso é quase unânime a preferência por esse tipo de ambiente. Nós colocamos isso em debate, sempre fazemos a pergunta específica, se prefeririam morar numa rua tranqüilo ou numa rua que eu chamo de animada para não dar um conceito pejorativo, a uma certa intensidade, vamos dizer assim, do uso da rua por veículos, pra falar de uma forma bem elegante, mas essa idéia de que os veículos são hostis a partir de uma certa quantidade deles nas ruas, em função da largura e do papel que ela tem, é um conceito importante como nós urbanistas sempre temos defendido, e estamos aplicando concretamente nesse nível de bairro. Então essa preferência por ruas tranqüilas, as chamadas ruas residências, tem se manifestado como uma preferência muito grande entre os moradores. E aí nós tratamos dele ao organizar a proposta de fazer com que a localização dos equipamentos sociais, educação, saúde, lazer, e assim por diante, permitam esse acesso a pé a todos com segurança. E oferecendo ao mesmo tempo a via, o espaço público da via, como espaço de convívio. Então esses são os conceitos básicos que orientaram o trabalho, mas eu vou iniciar na minha exposição. Aqui está sendo mostrado esse conceito que está no livro "Cidades Brasileiras...". Simultaneamente a esse trabalho estamos contratados para desenvolver um trabalho para o governo do estado que tem muito a ver com isso, que é o cálculo da capacidade de suporte do sistema de circulação e em relação ao zoneamento. E como sabemos nós estamos aqui e sendo estrangulados pelos automóveis, e a defesa do transporte coletivo passa a ser uma condição de sobrevivência da metrópole. Não é a pensa de São Paula e também não é apenas de Perus. Esse trabalho está também em pleno andamento, deve terminar agora em novembro, e ele nos permitiu pegar a região que vai de Mairiporã, Franco da Rocha, Caieiras, Cajamar e finalmente Perus, em São Paulo, para perceber o potencial que tem Perus de se transformar em um pólo regional, resolvendo o problema metropolitano das viagens muito longas periferia/centro que hoje também, claramente, definidas como problema pra zona leste, onde lá vai ser desenvolvido um grande pólo regional na região do Jacu/Pêssego. E em uma escala menor Perus pode ter esse mesmo papel desde que se tire proveito, que se tire partido do entroncamento em que está situado Perus, no cruzamento da Anhangüera, Bandeirantes, Rodoanel e ferrovia. Essa posição estratégica de Perus permite que lá se instale um centro de logística que esta sendo planejado pelo Governo de Estado, pela Secretaria de Transportes no entorno da metrópole, evitando que os caminhões de grande porte penetrem o espaço intra-urbano. Essa idéia já foi discutida com assessores do governo estadual da Secretaria de Transportes que acharam uma excelente idéia, porque é realmente uma das posições em que eles estavam já cogitando. E o fato de ter ali a ferrovia cruzando com o Rodoanel, confere a esse lugar exatamente um posição estratégica. Mostre o plano diretor o que pensou sobre esse assunto. O plano diretor, o plano regional prevê justamente no lugar em que estamos pensando ser o centro de logística uma zona predominante industrial. Essa zona predominante industrial apresenta duzentos e poucos hectares, que é o tamanho mínimo de um centro de logística segundo o Governo Estadual. Esse centro de logística ali situado vai ter a possibilidade de com uma nova estação ferroviária. Continuando a exposição sobre o centro de logística, ele ficou considerado muito bem localizado por esses assessores e casando perfeitamente com o plano regional, porque o plano já havia previsto a zona predominantemente industrial. Essa possibilidade foi apresentada à comunidade, que também viu com muito bons olhos a criação de emprego e renda que isso pode possibilitar. A Subprefeitura também achou que é uma idéia muito interessante a ser desenvolvida, e ao nível do Governo Estadual nesse trabalho. Essa parte que vocês



estão vendo roxa corresponde à zona de predomínio industrial que fica na região das Pedreiras e junto da Raimundo, que é uma avenida importante que liga com Caieiras e que é o acesso para Perus antigo, da antiga estrada que liga São Paulo a Jundiaí. Aqui, essa zona predominantemente industrial. Essa é a região da pedreira. Aqui é a Serra da Cantareira. Aqui você tem o casco urbano de Perus, aqui o Rodoanel. Então ficaria desse lado de cá da cidade, encostada, portanto, em Perus, e em um lugar muito adequado para essa localização. Aqui tem uma região de expansão urbana, que é completada por uma outra região de expansão urbana. E aqui tem as zonas especial de interesse social, as ZEIS bem aqui, que é ligado ao Jardim da Conquista. E aqui uma outra ZEIS no entorno desse morro. Esse morro aqui e a nova estação por aqui criariam a possibilidade de um novo centro para Perus. Esse é o novo centro para Perus, junto dessa estação, aliviará o centro histórico que é esse aqui. O centro histórico que tem a avenida Peccicacco e a Silvio de Campos como eixo principal estruturador de toda região de Perus está estrangulado aqui pelo viaduto, como todos sabem, por sobre a estação, por sobre a estrada de ferro que é aqui. E desenvolvemos uma proposta para essa região central de modo a valorizar o centro histórico comercial que é na Silvio de Campos, que é essa região aqui, que tem quase uns 500, 600 metros de extensão por uns 200, 300 metros de largura, onde está prevista uma AIU, Área de Intervenção Urbanística. Aqui os comerciantes, com razão, reclamam do estrangulamento do tráfego. E para resolver o problema do estacionamento do gráfico, duas medidas estão previstas. Parte dos ônibus, principalmente os intermunicipais, seriam deslocados para nova estação, na medida que a demanda fosse exigindo, com o desenvolvimento regional e a duplicação de Perus, que nessa área de expansão urbana é possível colocar uma população equivalente a atual população de Perus, que é da ordem de cento e poucos mil habitantes. Aqui temos uma correção feita ao censo do IBGE, que não é bem uma correção, é uma atualização, fizemos uma pesquisa esse ano e o censo é de 2000, portanto tem que haver uma atualização dos valores. Estamos com uma população de cerca de cento e vinte mil habitantes, e isso vai exigir uma reconfiguração do sistema viário de modo que um Anel está previsto em todo o entorno de Perus vai resolver uma circulação que se pretende mais regional, sem que tenha que atravessar pelo centro de Perus. Há um problema todo do Rodoanel, ao ser pedagiado, desviar tráfego de caminhões por dentro de Perus para escapar do pedágio. Esse Anel vai poder resolver esse problema porque, impedindo-se o caminhão de porte de penetrar o espaço urbano de Perus e dando a eles uma opção de percorrer o Anel viário de Perus, nós estaríamos resolvendo esse problema. Ao mesmo tempo, esse Anel viário vai dar acesso a nova estação, sem prejuízo do Parque Linear. Aí temos o projeto do Parque Linear que está sendo desenvolvido o projeto da EMURB. Sabemos que houve ali um certo problema no desenvolvimento desse projeto, mas aparentemente está sendo retomado. E esse projeto deverá, então, ao ser completado, ele já está em anteprojeto nessa parte do Areião e nesse trecho do Ribeirão Perus, permitindo até a licitação, segundo a Sandra me informou, e aqui esse trecho final que vai até o centro de Perus e depois se prolonga até a fábrica de cimento Perus, que fica aqui. Estamos retomando a idéia inicial de prolongá-lo até o Parque Anhanguera, sendo que o Parque Anhanguera, como vocês sabem, é aqui. E aqui é o aterro sanitário. Essa interligação do Parque Linear com o Parque Anhanguera, acho que vai dar uma condição excelente de utilização através de ciclovia da estação nova com a estação velha e também com o próprio Parque Anhanguera. Hoje há uma reclamação da população que o Parque Anhanguera não tem um acesso tão fácil para uso mais intenso. E estamos, então, querendo desenvolver também uma diretriz nesse sentido. Mais dois pontos importantes, o saneamento básico. O saneamento básico é uma demanda importante, porque o Ribeirão Perus é um grande esgoto a céu aberto e



temos que conseguir com que a SABESP faça esse tratamento. Aí eu estou propondo uma atitude, que é de dar um prazo para SABESP. Todos sabem que a SABESP é concessionária da prefeitura, ela exerce o seu papel de coletora e tratadora de esgoto por concessão da prefeitura. Então a prefeitura tem condição de estabelecer diretrizes para a SABESP, em toda cidade. Na região de Perus, a SABESP já concorda em fazer ali uma estação de tratamento própria, o que é uma mudança de atitude histórica. Porque a estação de Barueri foi dimensionada de modo gigantesco para toda uma região sul e oeste da metrópole, mas na verdade ela ficou muito distante. E você fazer troncos coletores e levar até lá custa muito caro e isso acabou dificultando o uso da estação de Barueri, como previsto inicialmente. E tudo indica que uma solução de menos custo será fazer uma estação própria, não só para Perus e Subprefeitura, mas talvez servindo também uma parte de Pirituba que esteja na mesma bacia hidrográfica do Rio Juqueri. Eu estou com essa idéia, também gostaria de ouvir aqui do CONFEMA se concorda que essa é uma boa idéia, de dar esse prazo, algo assim como dez anos, para que SABESP possa completar, finalmente, esse seu trabalho. Eu acho que a SABESP tem recurso para isso, todos sabem que a SABESP cobra na sua tarifa o tratamento de esgoto, sem que faça o tratamento de esgoto, isso tem sido contestado até juridicamente por algumas comunidades. Eu sei no caso de Alphaville que começaram a depositar em juízo o pagamento para poder forçar a SABESP a desenvolver tratamentos de esgoto para região de Alphaville. Me parece ser uma atitude sadia de levar a SABESP a produzir aquilo que ela tem a obrigação de fazer há muito tempo. E no que se refere ao Parque Linear, é claro, ele só vai poder ter pleno funcionamento na hora que o Ribeirão Perus e o Areião deixarem de ser esgoto a céu aberto. Também temos uma questão de enchentes, temos um plano de enchentes já previsto, que deverá também resolver o problema das enchentes. Enfim, do ângulo do saneamento básico, encaminhando dessa forma nos parece que estará o plano de bairro contribuindo para que essas soluções finalmente sejam postas em prática. O que se refere ao lixo, eu vou pedir até ao Guilherme que conhece muito bem esse assunto que faça uma exposição sobre como estamos em relação ao lixo de resíduos sólidos.

**Guilherme Salgado - URBE:** Bom dia a todos. Pegando o gancho do professor, uma das questões que tem suscitado os debates nas assembleias é a questão dos resíduos sólidos urbanos. Existe, obviamente, a prefeitura tem todo um sistema de coleta normal através de caminhões de coleta, mas a própria comunidade tem enfrentado, tem percebido que a forma como ele se articula com esse sistema não está muito bom. Então nasce inclusive das discussões uma preocupação da população já com a questão de uma educação ambiental no sentido de como lidar melhor com o resíduo doméstico, com os resíduos urbanos, com a demolição, os resíduos produzidos na residência. Nós começamos a tratar dessa questão com a própria Subprefeitura no sentido de identificar os pontos de interrupção, porque Perus tem uma questão de natureza topográfica muito difícil, a própria forma como foi ocupada a área urbana do distrito, tem trechos que são situações regulares, tem trechos que foram conseqüências de ocupações não regulares. Principalmente nesses lugares nós temos dificuldade de acesso pelo sistema normal. O que nós estamos querendo observar melhor com essa questão é a localização dos pontos de estrangulamento, identificar as bacias que geram esses resíduos a montante desse ponto de interrupção e orientar as ações da Subprefeitura no sentido de gerir um pouco mais adequadamente essa questão. Aí está associada a um estudo de volume, de como é que esse material está sendo trazido até o ponto final da coleta. E iremos verificar a possibilidade de reduzir ou otimizar esses pontos, seja através de um sistema de organização um pouco melhor das caçambas e dos pontos de



recebimento, seja através de uma proposição de novos veículos que possam suprir a demanda de atendimento casa a casa, não no sentido apenas daqueles caminhões tradicionais, mas talvez em veículos que se adequem as condições do viário que se tem lá. Paralelamente a isso há também uma percepção, aliás, há um movimento organizado e uma atividade organizada de cooperativa de catadores de resíduos urbanos que faz um trabalho muito interessante na questão da reciclagem e, principalmente, no sentido de organizar esses catadores do ponto de vista de estruturá-los, organizá-los do ponto de vista de uma cooperativa, dar condição, vamos dizer assim, um status de cidadania maior para eles e gerar uma renda bastante interessante. Eles têm um grupo bastante grande, cerca de duzentos e cinquenta, trezentas pessoas organizadas em uma cooperativa que poderá ser, vamos dizer assim, melhor articulada com esse sistema de coleta, no sentido de nós orientarmos um processo já inicial, tentativo, dentro do procedimento normal da Subprefeitura de coleta, no sentido de já fazer um primeiro sistema de triagem que pode estar articulado com esse sistema da cooperativa e dinamizar a questão da reciclagem e reaproveitamento de materiais lá na outra ponta. Toda essa questão já está em andamento e se pretende tornar também na questão dos resíduos, até por conta do fato do aterro sanitário ter sido um bom exemplo, no final das contas, do ponto de vista ambiental, do que pode ser feito apesar do incomodo que ele gerou, do que ele pode agora ter como consequência positiva, é um projeto bem executado sobre ele. Do ponto de vista dos resíduos urbanos, também, pretendemos propor ou orientar para algumas diretrizes para a Subprefeitura no sentido de otimizar esse sistema também. É isso por enquanto.

**Candido Malta - URBE:** Eu fiquei muito impressionado em um bairro chamado Recanto dos Humildes e Jardim da Conquista, que são bairros de origem regular, que tem traçado urbano muito precário e tem dificuldade também de viários ser muito declivoso e estreito, impedindo até que um veículo possa penetrar. Mas nessa comunidade têm líderes que têm uma consciência ambiental muito forte e eles pediram, com muita insistência em uma das assembleias que fizemos, que houvesse uma educação ambiental mais ampla, e insistiram nessa tese, sem que eu tivesse levantado nada sobre a questão, foi uma demanda realmente que eu senti muito forte. E nos questionários, nas questões que foram respondidas, uma delas se referia se eles se sentem responsáveis pela jogada de lixo nas ruas, no ambiente, a rua, nos córregos, etc. E eles responderam que sim. Eu achei muito positivo esse reconhecimento que eles são também causa do problema. E que eles sentem que precisa desenvolver entre eles uma educação ambiental para que parem de jogar lixo, que cria rato, gera doença, tem toda essa consciência muito forte. Eu acho, então, que temos que colocar uma diretriz em que essa educação ambiental seja reforçada, seja ampliada, que haja um modo pela qual a prefeitura se engaje mais fortemente naquela comunidade, sobre esse assunto, para que contribua para uma melhoria ambiental significativa. Agora podemos passar para as unidades ambientais de moradia e mostrar para vocês de que modo que nós vamos pensando no cálculo e distribuição territorial dos vários equipamentos, desde na área de educação, na área de saúde, na área de esporte, cultura e lazer. Esses equipamentos, nós trabalhamos da seguinte forma: eu vou pedir depois ao Guilherme que faça a exposição da unidade 9, mas o critério é o seguinte, a prefeitura trabalha com padrões e na hora em que ela dissemina no território os seus equipamentos ela procura atender as demandas, tal como elas vêm acontecendo, e nós sabemos que existe um déficit histórico acumulado de muitas décadas. Creche, por exemplo, sabemos que há uma grande demanda não atendida. Assim também como EMEIs, assim com UBSs. Perus não é diferente. A nossa proposta de plano de bairro não é apenas completar e eliminar o



déficit, é também prever o futuro. Como há uma duplicação prevista de população, porque já está assim no plano regional e essas áreas estão já sendo objetos dos proprietários de tentativa junto à prefeitura de aprovar os seus loteamentos. E no caso das ZEIS, zona especial de interesse social, a SEHAB já providenciou o desenvolvimento de projetos que agora, no nosso entendimento, terão que ser adaptados justamente por conta dos equipamentos sociais que temos que prever, e que então exija uma certa área, que reduza a área de habitação a uma interação. Na hora que você coloca equipamentos, ocupa espaço, aí reduz o espaço para habitação, por sua vez isso reduz um pouco o espaço para equipamentos, e assim nós chegamos a um número final, que é o número daquilo que atenderá a demanda atual com uma demanda futura. Então, isso dá um certo trabalho para pesquisa dos padrões dos equipamentos todos. Há uma certa discussão, às vezes, em torno de um certo equipamento, o que nos deixa um pouco em dúvida, como é o caso dos AMA. Há quem defenda AMA a cada 80 mil habitantes e há quem defenda que é caso a caso, no próprio seio da prefeitura. Por exemplo, agora, o prefeito Kassab na sua campanha pretende construir mais 100 AMAs, eu estou falando só por causa da implicação do que é o conceito, não estou querendo fazer campanha para ninguém aqui, é só para mostrar uma certa flutuação do conceito, o que está nos impedindo de adotar um padrão fixo. Estamos, nesse caso, não adotando nenhum padrão por conta justamente de não termos isso ainda fixado pela prefeitura. Então esse trabalho está, agora, em fase final de fechamento desses padrões e temos então uma proposição. Eu vou pedir ao Guilherme que mostre o caso das AMAs como isto está sendo pensado. Inclusive detalhes também do trânsito, da questão das linhas de ônibus, enfim, de toda a questão que envolve a organização de uma unidade ambiental de moradia.

**Guilherme Salgado - URBE:** Como o professor tinha falado, todo o distrito de Perus, baseado naquele conceito de unidade ambiental de moradia, nós definimos através desse critério um pré-seccionamento, por exemplo, do distrito em dez áreas chamadas unidades ambientais de moradia, baseado em critérios muito nítidos que já se apresentavam naquele momento de separação dessas áreas. Os critérios são basicamente os eixos viários de maior movimento, onde se concentravam atividades comerciais ou então determinados elementos ambientais, como fundos de rios ou algum tipo de limitação de bacia de drenagem. De forma que foi possível desenhar, em função inclusive de equipamentos já verificados no primeiro momento existentes, dez unidades ambientais de moradia. Essas dez unidades de moradia é onde se propões toda a aplicação de todo o conceito exposto professor Candido. A partir daí com o trabalho de pesquisa para mostrar o que foi feito e um trabalho complementar de levantamento de uso de ocupação, e de carência de infra-estrutura, se traçou um plano diagnóstico, um quadro diagnóstico da situação de cada bairro, comprovando ou não a possibilidade de aplicação desse conceito e, muitas vezes, por questões até do relevo do distrito, algumas alterações. Nós vamos falar sobre a unidade 9, isso daqui é um exemplo do que é mostrado na assembleia. Esse material que está sendo colocado aqui é um material que foi apresentado pro pessoal das unidades 9 e 7 na última assembleia das proposições iniciais. Na situação atual se vocês conseguem ver, nós identificamos como macro elementos organizadores desse bairro as linhas roxas, que vêm lá de cima, passam pelo bairro, são as linhas de ônibus atualmente existentes. A maior parte dessas linhas tem pontos finais justamente na parte mais alta do terreno onde está aquele grupo de quadrados coloridos que são as unidades de ensino, que estão concentradas na parte alta. Isso daqui são as linhas de ônibus que hoje passam pelo bairro. Esse bairro, aqui está a avenida Raimundo Pereira de Magalhães, aqui embaixo está chegando o Rodoanel, para quem conhece Perus, aqui é a entrada de Perus pela Raimundo Pereira de Magalhães, estrada velha de



Campinas, a avenida Peccicacco, chegando até aqui pelo centro e daqui é a Silvio de Campos. Para quem conhece Perus, é uma área que tem um morro bem alto e que é delimitado, justamente, aqui embaixo é o limite do Parque Linear, aqui junto ao córrego do Areião. Aqui pega o córrego Perus, aqui tem uma pequena derivação em função do parque. É uma grande unidade bem separada. Porque isso aqui é um terreno bem declivoso, aqui bem declivoso, aqui muito declivoso, aqui muitíssimo declivoso. Então é realmente um monte. Então ela tem uma peculiaridade muito própria. E aí fizemos um levantamento do que nós temos da situação atual lá de equipamentos. Bom, a parte de acessibilidade é aqui, esses amarelos são escadas, escadas muito íngremes que ajudam o pessoal a ir transpondo esses patamares das ruas. A própria condição topográfica demonstra que no arruamento não foi possível fazer quadras padrão. Então elas vêm acompanhando mais ou menos a curva de nível e muito distante uma da outra você tem, às vezes, os cruzamentos. Você vê que nesse quarteirão aqui é quase todo sem acesso, aqui que ele pega com uma outra rua e vem para cá. Essas distâncias são vencidas com escadas. Na sua maioria, uma parte assim, de certa forma bem dimensionada e outras que precisam ser revisadas e acertadas em função de uma coexistência com o sistema de drenagem. Esse bairro conta com escolas estaduais, creches, um Telecentro aqui e uma EMEI. Então essa é a condição vista do bairro. Em função daquela situação que nós levantamos ainda é feito um cálculo da demandada de atendimento por educação principalmente, que é um ponto central da reorganização do bairro. Esse cálculo foi feito em função da projeção da população tendo em vista população encontrada nas pesquisas e projetadas em função da ocupação ainda existente dos espaços vazios, ainda dentro do bairro, que são muito poucos, e principalmente da expansão de áreas urbanizáveis. No caso dessa unidade ela não tinha muita área urbanizável ainda para crescer. Então a população praticamente não aumenta muito, a atual e a futura. Através da população que deve ser atendida por cada tipo de unidade de atendimento escolar é feito um cálculo de qual é a demanda hoje existente, qual é a oferta e se está havendo vaga ou não, até chegar na necessidade ou não de construção dessas unidades. Depois se vocês quiserem, nós podemos detalhar um pouco mais isso porque é cheio de cálculos, de demonstrações. Mas o importante é que em função da população atual e da população futura estimada para aquela unidade é feito. Segundo o padrão definido através de três possibilidades, nós optamos pelo padrão definido por uma consultora da área de educação que nos deu apoio, aquela que parece que se ajusta mais a situação do bairro. No caso da EMEI, da EMEF até o ensino médio, esse procedimento segue a mesma metodologia. Tendo a população atual, observa-se a situação de demanda atendida ou não. Quando ocorre sinal negativo é sinal de que a estrutura de ensino que está ali no momento, uma EMEI, uma EMEF ou outra, ela está com uma sobra específica do bairro, então ela está atendendo pessoas, crianças, estudantes de outros locais. Da mesma maneira à população futura, é feito o mesmo cálculo até se chegar na necessidade ou não de novas instalações. Este daqui é um quadro geral que foi feito para toda a área para verificar a situação também de atendimento de saúde em função da população existente nesses bairros e em função do padrão de atendimento de cada tipo de unidade de atendimento de saúde. E nós demos uma atenção especial para UBS, para verificar qual a necessidade de UBS. Então nós estamos vendo que há uma necessidade de quatro UBSs atualmente, uma necessidade futura ocupando apenas lotes vazios em toda a região oeste de Perus, não só naquele bairro. E considerando uma expansão ocupando aquelas áreas grandes (incompreensível) chegar até necessidade de dez UBSs na região. Essa aqui é uma situação atual dos equipamentos de saúde, onde nós temos aqui uma UBS... aqui a AMA. A UBS esta aqui embaixo. Aqui temos um pronto socorro e mais uma UBS atualmente aqui. E hoje é uma solicitação geral da população de Perus com



relação à questão de instalação de um hospital. Pelas verificações de população já existente e pela infra-estrutura que está instalada hoje, essa questão do hospital efetivamente confirmada. O déficit atual é atender com esse hospital e mais unidades de UBS. Aqui a faculdade das crianças, Cidade das Crianças. Mais uma UBS para cá, outra UBS aqui no Jardim da Conquista . Aqui tem uma UBS também proposta. Então já estaria sendo necessário um hospital e aquelas quatro UBSs e duas aqui, mais uma aqui. É essa a demanda atual. No futuro, pensando na expansão, a localização inclusive do hospital já foi colocado aqui, que é onde há uma disponibilidade de terreno, quer dizer, do ponto de vista que está vazio. Ele teria condições de atender não só ao distrito, como estaria numa distância bastante próxima do distrito Anhangüera, então ele permite já dar um atendimento mais geral para Subprefeitura na localização dele aqui. E para o futuro há a necessidade, pela população de Perus, já há a necessidade de se prever um local para um novo hospital, porque a população chegaria a um nível de duzentas mil pessoas, então daria já a demanda para um segundo hospital, que teria inclusive condição, esta estrutura, de ter uma atuação mais regional, atendendo clientes provavelmente da circunvizinhança. Esse outro hospital já estaria inicialmente pensado naquele entroncamento do Rodoanel com a Raimundo Pereira de Magalhães permitindo fácil acesso de qualquer região em volta a essa unidade de atendimento de saúde. O que mostramos também para o pessoal é uma seqüência de intervenção para ter uma idéia do que vai ser no futuro a unidade. A gente mostra a situação, é claro que na assembléia diagnóstica a gente mostra toda a situação, cada atividade, cada unidade, cada elemento levantado até chegar num quadro geral do que tem hoje. A partir daqui nós começamos a discutir as propostas. A primeira coisa é mostrar quais são as propostas hoje existentes no bairro. Nós temos aí um quadro de propostas anteriores, que eram as existentes, que é o Parque Linear, nós temos aqui um programa habitacional já desenvolvido para atendimento de situações de remoção de pessoas que eventualmente estejam dentro do limite do parque, durante a sua fase de implantação. E temos dois projetos de praça, aquela lá da rua Caioba, no trecho da rua Peccicacco e temos outro projeto de praça colocado aqui, naquele centro que está concentrado todas aquelas escolas. Aqui foram as questões de necessidade de infra-estrutura voltadas para a pavimentação, aqui pavimentação e iluminação. Há uma alternativa que nós estávamos pensando para o atendimento da necessidade de creche e EMEF, que é uma demanda que precisa ser atendida para o atendimento desse pessoal, das crianças que moram aqui, é pegar essa área, uma área bem degradada, que está aqui, e fazer através de um projeto de reurbanização, não só um trabalho de contenção de risco, porque ali é uma área que tem problemas sérios de ocupação não adequada de terreno, e através de um processo que integra preservação, contenção de risco e liberação de área para ocupação de equipamento público, nós poderíamos fazer um trabalho bastante interessante de criação de uma creche, uma EMEF e o trabalho de reurbanização dessa área toda. Uma outra possibilidade que está surgindo de proposta é complementar o ensino médio. Os cálculos que nós fizemos o ensino médio teria uma demanda não por uma escola inteira, para algumas salas, então, como há a possibilidade em função do terreno existente aqui, nós propomos um complemento do ensino médio e a criação da UBS nessa área aqui, que parece ter condições adequadas para o recebimento dessa unidade. A vantagem da UBS é que fica fácil o acesso aqui, tanto pela Raimundo como mesmo quem vem desse outro lado pode rapidamente entrar por aqui e ter acesso a essa unidade por aqui. E teria condições de atendimento de todo esse pessoal que teria fácil deslocamento para cá. É claro que em virtude dessa distribuição de propostas e de reorganização dos equipamentos, foi possível pensar numa subdivisão dessa unidade de forma a que a distribuição dos equipamentos permitam aquele deslocamento mais tranquilo, principalmente dos



estudantes, para os locais de atendimento principalmente das unidades mais novas. Então houve a possibilidade de se distribuir esses equipamentos, até porque nós temos aqui uma linha que vem seguindo mais ou menos a linha do Espigão. Aqui é o ponto ápice de toda essa topografia, depois ela vem descendo, de forma que nós temos uma encosta para cá e uma encosta para cá. A facilidade de deslocamento é muito mais nesse sentido, do que nesse, dado a inclinação do terreno. Isso permite manter esse trajeto. Aqui, nós vamos ter o problema de deslocamento porque nós não temos como manter, por exemplo, uma circulação mais horizontal. Então nós vamos ter que vencer essas rampas muito grandes através de algumas alternativas que nós estamos estudando, utilizando um misto de soluções. Uma primeira alternativa é manter as linhas de ônibus como estão hoje, melhorando o trajeto aqui, e fazendo, vamos dizer assim, um termo hoje muito comum, uma repaginação dessas escadas. Ou seja, tornando elas mais adequadas ao trânsito das pessoas que circulam lá, porque têm escadas com dimensões absolutamente difíceis de serem transpostas e tudo mais. Então permanece o itinerário das linhas com pequenas mudanças na gestão do sistema, com melhorias nas escadas. Uma questão que nós estamos levantando é que os ônibus todos param aqui e fazem dessa rua, principalmente do lado das escolas, os pontos finais. Então às vezes tem uma grande concentração de ônibus aqui, criando uma espécie de ruído de convivência entre os estudantes, a população e o próprio equipamento de educação. Nós estamos pensando em mudar o sistema aqui, deixar tanto os ônibus parando ou com um prazo muito pequeno de permanência. Linha circular. E melhorar as condições, por exemplo, do pessoal que utiliza ônibus também. Já que é pra fazer um pequeno terminal, fazer um terminal adequado não só ao usuário como também à convivência dessa população aqui, da escola com a população. Uma segunda possibilidade é permanecer as linhas de ônibus, articulando-as com o que nós chamamos de plano inclinado. Esse plano inclinado já tem sido utilizado em várias localidades, o mais recente é o do Morro da Dona Marta no Rio de Janeiro, onde é possível o pessoal ter o deslocamento nas encostas através desse sistema. E nós pensamos em dois: um nesse trecho, que se articularia com um trecho do Parque Linear que ocupa também essa área remanescente de vegetação arbórea, então isso daqui daria uma espécie de continuidade ao parque e a partir deste ponto, todo o pessoal que mora nessa parte mais baixa teria acesso a esse sistema que lançaria o pessoal aqui na parte mais alta onde estão as escolas. Esse sistema pode ser contínuo, daqui até aqui num lance só, ou pode ser dividido, isso nós estamos estudando para ver qual é o mais viável. Da mesma forma, do outro lado, voltado para a Raimundo, teria aqui a maior rampa que nós temos que são 360 metros, pegaria aqui da rua Cavalo Marinho, nós temos, lembra a proposta da UBS aqui, e ele faria toda essa transposição dessa enorme encosta, facilitando esse movimento horizontal, e o movimento vertical seria atendido por esse sistema. Aquela segunda é uma pequena alteração dos traçados do ônibus uma vez que o plano inclinado pode otimizar o sistema de ônibus internamente. Isso, aqui, é o exemplo do tipo de transporte que nós estamos falando. Esse tipo de locomoção, quase que vertical, ele tem, não só facilitado muito a redução do esforço para subir essas rampas imensas do bairro, como ele também se torna uma referência do ponto de vista de solução urbana em São Paulo para esse tipo de situação. Além do que, como parte dele está também de certa forma voltada pro parque, então procura também se integrar à questão do uso dessa área pública e esse espaço de proteção, valorizando todo um valor muito grande que tem Perus, que são os grandes visuais, os grandes panoramas abertos que tem Perus. Então pode até se configurar em um item de interesse turístico para o local. Tem muita coisa pra falar, então eu vou falar mais rápido para não tomar mais o tempo dos senhores. Aqui são outros casos, como o de Salvador, no Chile, que usam uns sistemas semelhantes de maior aporte,



com sistema de contrapeso, enquanto um sobe, o outro desce. Mas é possível resolver esse tipo de solução também naqueles menores lá, como é o que nós estamos prevendo. Nós estamos prevendo um sistema de bondinho para vinte pessoas, que sobe toda aquela rampa em cerca de 4 minutos, mais ou menos é esse o padrão. De baixo até lá em cima.

**Orador não identificado:** E desce em quanto tempo?

**Guilherme Salgado - URBE:** A mesma coisa, velocidade permanente, ele trabalha com um sistema de contrapeso.

**Orador não identificado:** Vamos supor que tenha mais de 20 pessoas, seriam 8 minutos aguardando?

**Guilherme Salgado - URBE:** Nós estamos estudando a possibilidade de trabalhar em dois. O tempo de subida é igual o tempo de descida. Agora, a gente trabalha com dois justamente pra otimizar isso daí. Agora tem uma questão que tem que verificar, porque nós vamos passar por uma fase de verificação da viabilidade dos trechos. Porque nós queremos aproveitar o trecho das escadas existentes, então você já tem uma área já definida de passagem. Então temos que ver qual é o sistema que cabe. Hoje tem uma tecnologia que permite sistemas mais estreitos e mais compridos, então compensa. Uma outra alternativa é não ter esse sistema, mas trabalhar com um sistema mais estrutural de ônibus, que é esse escuro. Retirando, otimizando, tirando trechos que hoje não estão muito adequados e utilizando um sistema complementar, tipo capilar, com veículos de menor porte, com micro ônibus, circulares, que poderiam então ir atendendo do ponto e vista mais horizontal esse deslocamento e se integrando com esses transportes de maior distância, mais ligados sistema estrutural de transporte desses trechos. Então seria mais ou menos esse azulzinho, o sistema complementar. Porque tem trechos locais que ficam muito distantes mesmo, como esse trecho aqui que fica difícil de resolver. Reduzindo os itinerários da rede de ônibus e crescendo o sistema capilar de veículos menores, facilitando inclusive o transporte de menores para escolas. Nós ainda temos de chamar atenção para questões de contenção de áreas de risco que ocorrem nesse trecho. Tem uma questão de contenção de risco aqui, e também aqui. Essa pré-definição de áreas sujeitas a problemas de movimentação de massa, que são áreas em que podem ocorrer problemas de deslizamento sério, deve ter sido feito, semana passada, um trabalho de sondagem para verificação dessas hipóteses. Mas provavelmente vai ter, sim, que fazer uma intervenção, sem necessidade de remoção de casas. Porque, às vezes, a ocupação se dá em locais que você precisa fazer a remoção, porque o risco é enorme, e o sistema que seria necessário para conter seria de um custo tão elevado que fica mais fácil fazer a remoção da casa, instalar em um local mais adequado e proteger aquele local. Nós temos aqui, basicamente, um ponto aqui, tem um trecho aqui que precisa ser verificado, aqui sobre a área que está sendo prevista o programa habitacional para o Parque Linear. Aqui é uma área complicada. E um pequeno trecho aqui, próximo da onde se pretende fazer o plano inclinado. Aqui são umas diretrizes já definidas para cada tipo de situação em que estão envolvidas, na rua Gualtério, na rua Aipim, Cavalão Marinho, qual é o tipo de problema que nós podemos ter e o nível de gravidade dele. Esse na rua Ernesto Bottoni, aquele lá de baixo, é o mais complicado, e quais são as diretrizes que são necessárias para resolver a situação. Nós temos ainda nesse trecho do distrito um bairro mais afastado, que fica na direção de Taipas, que é bairro do Botuquara, ele tem um histórico de ocupação bastante, vamos dizer assim, não regular, e que se deu inicialmente em um trecho e depois foi se expandindo em



direção a umas encostas bastante abruptas, ainda com grandes trechos de remanescentes de mata atlântica ligados ao sistema Cantareira. Esse bairro, apesar de ter sido lotado, tem o mais alto nível de deficiência de infra-estrutura e de atendimento por estruturas de serviço público, principalmente por causa da dificuldade que o local tem de acesso. É um local muito declivoso e estando próximo, inclusive de atividade de mineração, o que ocorre aqui é um solo de alteração, com o que eles chamam de matacão, são rochas desagregadas da rocha mãe, que à medida que você ocupa o terreno, elas vão aparecendo e é um local de muito alto risco. Mas enfim, foi ocupado e ele se desenvolveu para cá e é um bairro que está, vamos dizer assim, nas piores condições, do ponto de vista de atendimento de infra-estrutura de todo nível. Então é nele que nós devemos concentrar grande parte das melhorias, embora nossa preocupação e da própria Subprefeitura é conter o processo de expansão desse bairro, até porque você não teria, do ponto de vista regular, como ocupar toda essa área que está em volta. E temos uma outra questão aqui, que provavelmente envolverá aquela questão que o professor colocou no início, que o estudo acaba gerando a necessidade de fazer uma revisão do que foi proposta na lei complementar do plano diretor estratégico.

**Sandra Cristina – Subprefeita de Perus:** Eu só queria acrescentar uma observação na questão Botuquara, ela é uma área de proteção ambiental, existem três loteamentos ali, só em um deles existe a possibilidade de regularização, os demais não existe a menor possibilidade. Ainda assim, o mínimo de infra-estrutura ao longo dos últimos anos foi feito. Mas ele realmente não tem equipamentos públicos, há necessidade de se investir lá é muito grande. Mas existem os impedimentos jurídicos. Ele está bem afastado de Perus, está a alguns poucos quilômetros do centro de Perus, está muito mais dentro da área de Taipas e Jaraguá do que da gente. Nós temos muita dificuldade de lidar com todas essas situações.

**Guilherme Salgado - URBE:** Inclusive esse trecho que foi expandido do bairro, ele naturalmente está muito mais articulado com Taipas do que com o próprio Perus, dada a distância e a dificuldade de deslocamento. Porque essa ligação que aparentemente existe, não existe. É um caminho muito precário, então o que acontece? O pessoal daqui tem que fazer um grande deslocamento para ir para Perus, e acaba então demandando a Subprefeitura vizinha. Esse aqui é um quadro para vocês verem o nível de preocupação que é esse quadro, nós temos grandes áreas de contenção de risco, e contenção de risco que não é só escorregamento, é rolagem de rocha. O pessoal, talvez por descuido da forma como eles fazem, eles descalçam a rocha e você pode ter desdobramentos bastante inimagináveis, se um desses de várias toneladas rolarem. Nós temos aqui uma carência de uma creche ou uma EMEI, que achamos possível colocar no bairro, ainda que exista uma possibilidade de colocar ensino médio, mas acontece que não há a intenção de incentivar a procura de equipamentos, de serviços de bairro, porque a idéia é conter o crescimento desse bairro. Mas a população daqui necessita, pelo menos, em um nível básico da creche e do ensino infantil, seria atendido se há a possibilidade de atender. Especificamente, que são essas áreas aqui. Nós temos áreas com viários, sem calçada, sem pavimento, enfim. Finalmente, um dos problemas de regularidade, que nós temos a questão do zoneamento em que a área da ocupação mais antiga está em uma zona mista e o restante do bairro está em uma zona de proteção ambiental, e isso dificulta ainda mais qualquer possibilidade de regularização, nas atuais condições da legislação, todo esse trecho mais expandido do bairro. E aqui nós estamos estudando, ver como podemos solucionar o encaminhamento dessa regularidade, ou não. De repente, mantendo uma condição como está para efetivamente segurar, dificultar qualquer tentativa de



expansão desse bairro. Porque (incompreensível) em zonas protegidas, nós temos reservas, temos aqui já a ponta da Cantareira, enfim. E principalmente o risco. Então é uma área extremamente difícil, teria que ter uma demanda enorme da administração pública para poder dar atendimento a esse local, e isso não interessa. Quer dizer, interessa limitar e fazer com que essa área seja o máximo possível contida. A questão aqui, que nós estamos refletindo sobre ele, é como resolver a questão do centro de uma possível revisão de zoneamento para que toda essa área possa ser colocada dentro de uma zona que permita a sua regularidade ou não. Basicamente é isso, acho que pode encerrar, porque nós temos muita informação, são dez unidades. Isso aqui foi a idéia de fazer rapidamente o que nós temos discutido com a comunidade. Eu passo a palavra ao professor.

**Candido Malta - URBE:** O comentário final é a idéia de preservar a paisagem, no sentido urbanístico, porque ela é muito bonita. Quem não conhece lá se surpreende, eu me surpreendi ao ver a beleza da região, dentro da nossa região metropolitana. É excepcionalmente bonito. E eles têm consciência disso, muitos líderes têm e querem tirar proveito disso do ponto de vista turístico, o que nos parece muito apropriado. Por isso que fiz um desenho que justamente tenta expressar isso, que a presença do pico do Jaraguá é muito forte naquela área, você praticamente descortina o pico de qualquer um dos bairros. O casario baixo faz com que também as vistas sejam preservadas, então isso é um valor. Isso está nos levando também a querer limitar a altura dos prédios. E fizemos uma pesquisa sobre isso, de qual seria a posição da população, uma grande maioria é a favor a de no máximo cinco pavimentos, o que nos parece adequado. Na declividade que nós temos lá, esse grupo de pavimentos se ajusta. Porque, na verdade, os cinco pavimentos em geral não são bem para cima, muitas vezes estão para baixo. Um, dois para cima, três pra baixo, é muito comum nesse tipo de situação. Então achamos que isso é um valor importante. Eu queria então encerrar com essa preocupação de tecido urbano, urbanismo, que lá da pra fazer algo que pode ficar muito bom e como exemplo para a cidade de São Paulo. Ficamos à disposição.

**Coordenadora Helena Magozo:** Eu pediria que professor e o Guilherme permanecesse para algumas questões dos nossos conselheiros. Está aberto para questão.

**Conselheiro Marcos Moliterno:** Primeiro agradecer a vinda do professor, muito nos honra. Eu fiz aqui umas anotações, o senhor falou em aproveitar aquela junção das rodovias com o Rodoanel no plano maior e com a ferrovia. A ferrovia, eu acho ótimo, e lá inclusive já tem um centro de distribuição de logística muito grande e acho que é vocação natural daquela região. Só que com a ferrovia precisa combinar com os ..., e existe um problema de direito de passagem. Então utilizar a ferrovia para abastecer, suprir o centro logístico nos próximos anos é difícil acontecer isso. Mas ainda assim acho válido e acho que é uma vocação natural do lugar. Na questão da duplicação da habitação em Perus, eu fico pensando assim, primeiro eu já acho que tem gente demais no mundo, mas esse pessoal tem que ir para algum canto. Indo pra lá, nesses novos loteamentos, com equipamentos melhores, tal, como o senhor, que é urbanista, vê o que vai acontecer com a parte mais antiga de Perus? Isso vale também para retirada do ponto final de ônibus do centro, que vocês chamam centro histórico de Perus para um novo, como vai se comportar o comércio ali? Não existe o risco de ter uma desagregação muito grande naquele centro comercial? Causou até um espanto, pra mim, saber que o ensino médio não comporta uma escola inteira naquele bairro,



porque tem uma população imensa lá. Já está resolvido. Mas ainda assim, eu acho que escola nunca é demais.

**Candido Malta - URBE:** Tem duas áreas onde o ensino médio está atendendo razoavelmente bem a demanda de lá, que é a Unidade 10, que fica entrando em Perus, que nós chamamos de Vila Caioba, que fica do lado direito, onde tem os conjuntos da CDHU, lá em cima, lá tem um grande centro também onde foram implantadas várias unidades, onde a instalação atual, do ponto de vista de espaço para atendimento, atende.

**Conselheiro Marcos Moliterno:** Fico feliz em saber.

**Candido Malta - URBE:** Agora tem outras situações que não. No caso particular da Unidade 10, nas condições de crescimento da população que nós projetamos para aquela unidade, que ela está praticamente toda já consolidada, ela tem uma condição muito boa de atendimento, com pouca necessidade de acréscimo. A maior demanda e na parte mais básica.

**Conselheiro Marcos Moliterno:** Minhas duas últimas considerações são o seguinte, no deslocamento, vamos dizer, dito vertical, eu sou a favor do sistema de (incompreensível), porque eu acho assim, fazer por ônibus, nós vamos só piorar o problema que nós já temos, como o professor ressaltou desde o começo. Acho que a gente tem que arrumar outras soluções mesmo. E eu acho que o da (incompreensível) é um deles. Eu queria saber primeiro, o número de pavimentos, como nós estamos numa área muito frágil, em termos de solo, de apoios de fundações, talvez o número de pavimentos deveria ser decidido em função do tipo de solo que nós temos lá. Porque eu tive ontem no Guarujá, que eu fui ver uma casa que desbarrancou, saiu semana passada na televisão, que foi justamente um tipo de solo como esse. E veio abaixo e com a graça de Deus ninguém morreu, porque tava garoando e o caminhão concreteiro atrasou, então os peões estavam fora da obra. E foi uma casa inteira, foi um prejuízo fantástico. Eu acho que essas questões deveriam ser definidas pelo número de solo. Só mais uma, como você faria o controle para aquela população não entrar nas ZEPAN? Se descobrir isso, nós aplicamos no Brasil inteiro. Mas depois eu gostaria de ouvir as considerações do professor.

**Candido Malta - URBE:** Sobre a questão da ferrovia, pode ter transporte de carga, justamente a concessionária é fundamentalmente transporte de cargas. Então para ela tem todo interesse de que a ali se desenvolva um terminal de carga importante. O conflito está com os passageiros. O uso compartilhado do leito da ferrovia, passageiro e cargas. É um debate metropolitano. O que tem predominado, e eu sou favorável, é que há um compartilhamento possível na faixa de domínio que vai de Santos a Jundiaí, que é a antiga estrada Santos/Jundiaí. E essa tem sido a tendência do Governo Estadual, tanto que está se pensando agora até em mergulhar a parte de carga no trecho aqui central, para poder, justamente, facilitar esse compartilhamento. Nós consultamos um técnico, o Aylton Brasiliense Pires, que por sinal hoje é presidente da ANTP, Associação Nacional de Transportes Públicos, que é um dos planejadores da CPTM, e ele é totalmente favorável a um terminal de carga ali, também percebendo que há uma possibilidade de convívio. Há um trem rápido sendo proposto que pararia em Pirituba, pelos estudos de 2025, que é os estudo que também nós estamos trabalhando. Estamos na dúvida se isso será suficiente. A questão é toda uma demanda futura que estamos reavaliando. Então esse lado, vamos dizer assim, de existir uma oferta adequada futura de transporte sobre trilhos



para aquela região, que eu acho que deve ser a grande prioridade da metrópole, esse transporte sobre trilhos, está sendo bem estudado, eu acredito. E por sermos a mesma equipe que faz um e outro trabalho, estamos justamente raciocinando em conjunto. A sua segunda era sobre a questão do terminal deixar de existir no centro histórico.

**Conselheiro Marcos Moliterno:** E como os novos loteamentos, como eles vão refletir nessa ocupação anterior? Minha dúvida é a seguinte: Será que a gente não vai criar um divisor de sociedades entre os novos moradores e os antigos? Os novos vão estar em uma condição financeira e de equipamentos superior à antiga? Não vai criar um racha nisso daí?

**Candido Malta - URBE:** A parte mais pobre é o Recanto dos Humildes e o Jardim da Conquista, que é justamente ao lado das ZEIS, das Zonas Especiais de Interesse Social. É ali que nós estamos querendo colocar o centro novo, sem abandonar o antigo e sem eliminar o terminal antigo. A idéia é dividi-lo só. Porque há um estudo da SPTrans, ainda muito preliminar, que foi me dito que estavam pensando em 70 baias ali embaixo dos viadutos. 70 baias, fizemos um estudo urbanístico, entupiria aquele espaço, eliminaria, de certo modo, a ligação da estação, hoje existente, com o Parque Linear. Ficaria no meio do caminho. Confinaria a Praça Inácia Dias a um canto. E nós queremos justamente interligar a praça Inácia Dias, que tem ali muito da estação, com um novo Parque Linear. Estamos agora para discutir isso com a SPTrans, acabou de ser contratado um escritório Sistran, pela SPTrans, para desenvolver o projeto do terminal. Estamos para marcar uma reunião agora próxima. A nossa diretriz será não fazer um terminal tão grande, isso nós já discutimos na sub prefeitura, nos líderes locais, todos estão absolutamente contra, unânimes, de entupir ali com um grande terminal de ônibus. Mas não eliminar, é duplicar. Quer dizer, é você deixar ali o que seja adequado para manter vivo o centro histórico. E tem um projeto urbanístico, não cheguei a mostrar, de criar ali um calçadão, na Silvio de Campos, desde a rua Mojerros, que é uma importante ligação antiga com a estação velha, atual, um calçadão que tenha na Silvio de Campos, que tem hoje uma largura de 15 metros, de fazer ali calçadas de 4 metros de cada lado, um calçadão que fica no centro com 7 metros, 8 e 7, quinze. Esse calçadão com 8 metros, com ônibus indo nos dois sentidos, ida e volta, também táxi, bombeiro, carro de polícia, mas o tráfego por automóveis é jogado nas duas vias paralelas. Isso vai dar um grande alívio ao comércio, vai dar um grande impulso até ao comércio. A associação comercial achou muito boa a proposta, está apoiando essa proposta, ela não é muito cara de ser implantada. Ela, então, faz um contraponto com o centro novo, quer dizer, haveria o perigo do centro novo obscurecer o velho. Mas justamente nós estamos fazendo de tal modo que apoiamos os dois. Claro, que o centro atual, o velho, ele como ele já existe, ele é muito pungente, é o centro de comércio de Perus, ele já tem tanto esse impulso inicial que continuará existindo, acabou de abrir lá Magazine Luiza.

**Orador não identificado:** Que é a prova da sofisticação da sociedade.

**Candido Malta - URBE:** Eu acho que é o nível do comércio diversificado local, que é possível estar ali se instalando. O centro novo estará mais vinculado ao centro de logística. Ao mesmo tempo, está do lado das ZEIS, justamente entre as duas ZEIS, servindo portanto o Recanto dos Humildes e Jardim da Conquista que são as duas grandes áreas de baixa renda que tem lá. E acho que está um equilíbrio social. E os dois bairros novos previstos, vamos dizer, do lado de Caieiras, é um terreno da família Abdalla, que é antiga proprietária da fábrica de cimento Perus, que tem ali um projeto que está sendo desenvolvido pelo Ruy Ohtake, e nós vamos agora apresentar ele a



nossas diretrizes, para que eles possam se adequar. E um outro projeto, de um dos grandes proprietários de lá, que também está desenvolvendo um outro projeto de urbanização. Então, do ponto de vista do mercado existe essa demanda, que esses proprietários estão atendendo. Do outro lado da cidade são as zonas especiais de interesse social. Eu acho que está havendo um equilíbrio. E esse estrangulamento que você tem medo, que seria dado, vamos dizer, por um loteamento de padrão um pouco mais médio e elevado dos loteamentos novos, será resolvido pelo Anel. O Anel é justamente para fazer com que o tráfego em volta do Anel, não o Rodoanel, Anel de Perus, ele vai ter essa condição de, vamos dizer, criar essa rotação em volta, evitando de entupir a Silvio de Campos e a Peccicacco.

**Subprefeita de Perus:** Só com relação ao terminal de ônibus, Marcos, eu estou em Perus desde agosto do ano passado como Subprefeita. Logo que eu cheguei, eu fui verificar qual era o projeto que a SPTrans tinha. É exatamente isso que o professor Candido falou, isso daí nos assustou demais.

**Conselheiro Marcos Moliterno:** Por quê?

**Sandra Cristina – Subprefeita de Perus:** Porque você tem uma via de entrada Fiorelli, a outra Silvio de Campos e acabou. Lá atrás, nós já iniciamos essa discussão e até que foi rápido, um ano para se contratar um novo projeto. Mas aquele projeto pra Perus, a gente viu que realmente seria acabar de vez com o bairro. É uma preocupação que a gente já teve logo de cara também.

**Hélio Neves:** Professor, eu achei muito interessante, mas tenho algumas dúvidas que eu gostaria de ouvir o senhor a respeito delas. Uma é que a gente vem falando progressivamente mais de cidade compacta, e esta é umas das zonas de expansão, de ocupação mais importantes das cidades. Eu gostaria de ver como se pensa, como se propõe se tratar da questão da contenção de expansão urbana? E eventualmente retração em alguns lugares, como esse último que o senhor falou, que de fato tem que haver uma retração de expansão, não é possível admitir que se ocupe encostas com situação de risco progressiva. Como a gente pensaria nessa questão? A outra é, como se insere o Parque Anhanguera no projeto? Porque o Parque Anhanguera, eu acho que ele tem um potencial muito grande de uso e de integração no plano urbanístico dessa região. Eu acho que a exploração desse potencial dele é muito pequena ainda, acho que ele tem muito a contribuir, inclusive de ponto de vista turístico, do ponto de vista de qualidade de vida dessa comunidade. Uma outra questão é a história do transporte não motorizado, por ciclovias. Eu sei que a região é bastante declivosa e tem dificuldade de integração, mas o que se pensou, quanto se identificou de potencialidade e de integração ciclovia e sistema de transporte coletivo? Como poderíamos trabalhar isso à medida que, inclusive, há alguns projetos já em discussão de ciclovia? Seja no entorno do parque, acesso ao Parque Anhanguera, na área de alargamento que nós estamos propondo uma ciclovia margeando a ferrovia. Como isso se integra? A última coisa, como se pensou ou se está a se pensar, com relação ao futuro parque que será implantado no aterro Bandeirantes, que será um elemento bastante importante também do ponto de vista integração da região?

**Candido Malta - URBE:** Sobre a contenção da população é uma preocupação metropolitana, não apenas de Perus, que deva haver essa contenção da expansão horizontal da metrópole. Eu acho que estamos muito longe de conseguir ter os instrumentos adequados pra isso. Porque a expansão hoje decorre de um preço muito alto do acesso ao solo urbano na região central, que faz com que as pessoas de



menor renda busquem os terrenos baratos da periferia. Esse é o mecanismo da expansão horizontal. O combate dessa lógica, vamos dizer assim, imobiliária passa pelo combate à especulação imobiliária com terrenos e com imóveis de um modo geral. Esse combate, que seria o IPTU progressivo no tempo, a urbanização compulsória sobre imóveis vazios, seja terreno ou sejam prédios, está muito longe ainda de ser posto em prática. Nós estamos no plano diretor, isso aprovado como conceito, mas dependendo de lei complementar que precisaria ser ainda enviada à câmara e aprovada. Isso não é um problema apenas de São Paulo, é um problema de todas as cidades do entorno. Então uma política metropolitana, eu tenho essa opinião pessoal, você vê como a coisa é meio complicada de ser resolvida do ponto de vista político, porque se nós ficarmos dependendo de cada prefeitura, dificilmente nós vamos ter essa coordenação de todos os prefeitos, todos os 37 prefeitos coordenadamente atuando com sua independência em torno dessa idéia. Então, me parece que teremos que ter políticas metropolitanas, mas isso passa pelo reforço do órgão metropolitano, que tem sido muito desprestigiado, é o caso da Emplasa. Eu defendo que a Emplasa recupere o seu papel inicial, que era o de planejamento metropolitano. A Secretaria de Transporte metropolitano que contratou esse trabalho que eu faço, que coordeno tecnicamente, tem consciência disso, convida a Emplasa a participar, mas ela ainda timidamente participa do trabalho. E é necessária uma diretriz de política mais forte para que tenhamos os instrumentos pra essa contenção. O outro ponto importante, que seria talvez mais aplicável no curto prazo, é o subsídio da casa popular para se localizar na área central. Nós estamos estudando isso, acabou de fazer um trabalho que dimensiona o que cabe nas ZEIS, Zonas Especiais de Interesse Social, no centro histórico de São Paulo, e cabe muita gente. Cabem trezentos e cinqüenta mil habitantes em HIS e outros duzentos e sessenta mil habitantes em HMP, que são os dois tipos de habitação popular previstas no plano diretor. HMP é uma classe media baixa. A HIS que é justamente de baixa renda, até 5 salários. O outro vai de 5 a 15 salários mais ou menos. Então esse subsídio é muito elevado, é coisa de bilhões de reais, e é preciso destinar dinheiro para isso. Então todas essas políticas, que é uma política habitacional e integrada ao uso do solo, terão que ser ainda aprovadas de um modo mais claro e destinados recursos para que seja implementada principalmente pelo Governo do Estado. Estamos nesse caminho. Agora, como tem essa área de expansão urbana prevista em lei, e tem todo esse processo que estamos aqui mencionando, seria muito difícil eu dizer: “não, vamos mudar e de zoneamento, vamos impedir que essa urbanização aconteça”, tanto que o mercado está lá respondendo, buscando oferecer loteamentos. A Camargo Corrêa acabou de comprar da Melhoramentos um área muito grande ali do lado, em Caieiras, está prevendo ali um loteamento com trinta mil habitantes. E já se fala em duplicação da Raimundo dentro de Caieiras, provavelmente vai acontecer em São Paulo. Quer dizer, continua havendo uma movimentação por um movimento periférico. Então só estou querendo lembrar isso, é um grande esforço que ainda a sociedade terá que fazer pra reverter esse processo. Sobre as ciclovias, como eu disse, como você já mencionou, a idéia da ciclovia ao longo do Parque Linear. Essa ciclovia, na nossa proposta, não terá apenas um aspecto de lazer, mas, sim, de ligar as duas estações. E como sempre existiu na prefeitura de São Paulo uma diretriz de em fundo de vale implantar avenidas, com isso estaremos evitando a avenida e substituindo avenida como sistema ligação, uma ligação por ciclovia, o que me parece que será muito saudável, você ter bicicletas, por exemplo, o poder público poderá por a disposição do cidadão bicicletas em uma estação para ir até a outra e vice-versa. Eu acho que seria uma idéia bastante interessante, além, claro, de fazer seus bicicletários, para permitir que o cidadão tenha a bicicleta dele mesmo, e faça a mesma coisa. E essa ciclovia, a idéia é levar até o Parque Anhanguera, passando pelo bem cultural, que é a fabrica de cimento de



Perus tombada. E fora daí é muito difícil por causa da topografia, então não temos proposta fora dessa grande ciclovia, mas que ela é estrutural e, vamos dizer, central a Perus. Quanto ao Parque Anhangüera, foi muito boa a sua pergunta, porque eu não expus o que nós estávamos pensando, e agora e me permite expor, que há uma demanda forte lá de criar um grande centro esportivo cultural no Parque Anhangüera, com equipamentos de esporte, muitas quadras, campos e centros culturais mesmo, de atividades culturais propriamente ditas. Isso é uma demanda muito forte e me parece muito adequado que o Parque Anhangüera possa ter essa destinação. Essa destinação será aquela que nós vamos colocar como diretriz no plano de bairro. Paralelamente a isso estamos negociando com o SESC, uma idéia que foi aprovada na Subprefeitura e também aprovada na comunidade, de ter um possível equipamento como tem no Parque do Carmo, que parece que seria adequado, um equipamento do tipo no Parque Anhangüera.

**Hélio Neves:** O senhor sabe que nós, essa semana, finalizamos o recebimento do projeto da escola da madeira, que é a escola da cidade está produzindo e devemos iniciar a licitação ainda neste ano. Está finalizando também a contratação do centro de reabilitação de fauna e também está se finalizando o projeto de implantação de um viveiro de mudas, a idéia é que o Anhangüera seja o local preferencial de produção de mudas arbóreas para a cidade. É um conjunto bastante significativo de investimentos e de modificação da vocação do parque até o presente momento. Essas coisas deveriam, talvez, pensar, ser articulada.

**Candido Malta - URBE:** Devem ser integradas, sem dúvida. Eu gostaria de ter essa informação com mais detalhes, pra que a gente possa incorporar, porque não há nenhuma contradição entre essas iniciativas e a que nós estamos propondo.

**Coordenadora Helena Magozo:** Inclusive, professor, Nós sempre conversamos que é super importante estabelecermos um plano diretor do Parque Anhangüera, por ser uma área muito grande, a impressão é que cabe tudo lá, e ficam propostas muito desconectadas. Então é importante ter diretrizes que dêem mais condição de se pensar um plano diretor do Parque Anhangüera.

**Oradora não identificada:** Inclusive, isso que o Hélio falou consta daquela planilha (incompreensível)

**Conselheiro Fernando Gasperini:** Eu tenho uma dúvida, eu sei que o trabalho esta em andamento ainda, sobre a questão de SEMPLA. Sobre o trabalho, uma dúvida que ficou é sobre essas unidades ambientais de moradia e aquele conceito de ilhas de tranquilidade, em relação à topografia difícil também, qual é o nível de profundidade que se pretende chegar quanto à proposição das intervenções de redesenho, de reconfiguração ambiental e do viário? Essa interação do viário com essa questão da tranquilidade, das pessoas transitando, para que se resolve esses conflitos, que melhore a condição atual entre o tráfego e transito das pessoas, das crianças, dentro das unidades ambientais de moradia. Outra observação que eu queria fazer, eu sei que o contratante foi a Subprefeitura, mas eu acho que esse trabalho podia ser muito enriquecido com as discussões se a SEMPLA entrasse nesse trabalho, seja, não só no ponto de vista do zoneamento, mas também nesse tipo de discussão urbanística também, até da circulação, acho que a gente tem como contribuir. Esse trabalho é uma seqüência natural dos planos regionais. Eu acho que até para seqüência dele, que se pretende que ele vá para câmara depois, eu não sei como isso juridicamente se resolveria, mas ele poderia estar mais trabalhado, mais discutido antes de ter um



procedimento e chegar na secretaria de uma forma mais simples, mais fácil. E a Subprefeita, eu sei que todo o território da Subprefeitura tem muitas carências, todas as áreas têm muitas demandas difíceis, mas a gente tem as informações que o distrito Anhanguera ele tem muita carência, problemas muito graves geológicos, loteamentos irregulares, e de porque de priorizar nesse projeto pioneiro do plano de bairro essa área mais consolidada de Perus, do centro histórico de Perus, e não do distrito Anhanguera que é onde estão os conflitos, as coisas estão ficando muito graves, e talvez a correção seja muito mais difícil daqui a um tempo.

**Sandra Cristina – Subprefeita de Perus:** Eu só queria dizer o seguinte, lá no distrito Anhanguera, existem, sim, problemas, questões geológicas, topográficas, de infraestrutura, é onde estão concentrados o maior número de loteamentos ainda não regularizados. Alguns são, assim como Botuquara, por exemplo, que é um absurdo, mas alguns outros já estão regularizados, e outros em fase final de regularização. A Secretaria de Habitação está investindo, hoje, no distrito Anhanguera algo em torno de vinte milhões de reais, em programas de infra-estrutura são seis loteamentos, hoje, que estão sendo atendidos. Inclusive eu marquei às 11:30 com o pessoal lá de habitação para discutir os próximos loteamentos que vão estar recebendo as obras de infra-estrutura. Obras em geral: guia, sarjeta, pavimentação, galeria, água e esgoto também são embutidos, urbanização, enfim, contenção de riscos. Essas são ações diretas que o próprio poder público está tomando. A opção que nós fizemos de priorizar o distrito Perus e não o Anhanguera é exatamente por conta de todas as mudanças que vão ocorrer de forma muito mais rápida, ao longo dos próximos dois, três anos, no distrito Perus. A mudança da plataforma da estação de trem da CPTM deve mudar algo em trono de 300, 400 metros, a implantação do terminal de ônibus, a implantação do Parque Linear, esse nosso parque tem cerca de 9 quilômetros de extensão. A urbanização do Recanto dos Humildes e do Recanto Paraíso que vem contribuir bastante também para um crescimento, e apontar necessidades reais de investimento do poder público. A concentração de investimentos já programados, tanto do Governo Estadual como municipal, ela é muito maior no distrito Perus, por isso a nossa preocupação em ter o plano de bairro e ter uma diretriz de organização.

**Candido Malta - URBE:** Nós estamos seguindo as orientações do plano regional, que é algo que foi herdado a partir da aprovação de lei. E estamos aprofundando e dizendo que não há incompatibilidade entre plano regional e aquilo que estamos pensando. Acho que é até uma coincidência muito boa, o que foi uma certa surpresa pra mim, eu confesso. Eu imaginava encontrar um plano regional bem menos específico. Realmente, houve um plano regional bem elaborado que enfrentou problemas e apresentou soluções. Pequenos ajustes talvez sejam necessários, por exemplo, no caso do Anel de Perus, estamos pensando em criar um modo pelo qual o proprietário lindeiro ao Anel, em área não urbanizada, pelo benefício que ela vai ter de valorização imobiliária, ele pagar a implantação do Anel. Estamos estudando essa possibilidade. Isso significaria criar um faixa a urbanizar, lindeira. Talvez 150 metros, algo desse tipo, estamos fazendo as contas pra ver de que modo isso poderia ser feito. Isso significaria uma pequena mudança na legislação de zoneamento. Para obter esse recurso e criar esse Anel sem dispêndio público, e evitando especulação imobiliária. É a (incompreensível) melhoria que nós conhecemos por tanto tempo, mas que é difícil ser aplicada no Brasil, estamos tentando aplicar no caso de Perus. Estamos abertos a qualquer outra contribuição que a SEMPLA já queira nos dar, porque de qualquer modo o projeto será levado a SEMPLA. Na nossa cabeça não haveria nenhuma contradição entre objetivos que estão plano regional e aquilo que estamos fazendo, isso poderia ser deixado para o final, e isso foi encaminhado dessa



maneira. Mas se a SEMPLA já pode nos contribuir para... Porque ainda estamos na fase final, mas estamos na reta final, então o tempo agora é curto. Não sei se até se na sua pessoa, ou se você indicaria alguém lá na SEMPLA, para tentar articular alguma conversa nesse sentido, estamos dispostos a fazer, acho que seria muito bom.

**Sandra Cristina – Subprefeita de Perus:** Só pra acrescenta, professor, inclusive nós sabemos das questões da Anhanguera. A gente está reta final da organização do plano de bairro do distrito Perus. Nós já estamos também montando Edital, dando seqüência para ser contratado, ainda esse ano, o do distrito Anhanguera. E que isso daí sirva de exemplo e de algum sentimento propulsor para demais regiões de São Paulo, principalmente as mais periféricas que têm as mesmas características de Perus, que eles também tenham a possibilidade de contratar o plano de bairro e se organizarem. Incentivei bastante recentemente, diga-se de passagem, o Subprefeito de São Mateus, aproveitando que eles também receberam, vão receber agora recurso do crédito de carbono, para não perder essa oportunidade. Talvez seja uma oportunidade única que o poder publico tem de organizar a comunidade local.

**Guilherme Salgado - URBE:** É o seguinte Marcos, a questão geológica lá, da ocupação de Perus já foi objeto de um estudo geral feito em 2004, pelo IPT em convênio com a prefeitura de São Paulo. Ele fez um quadro geral e apontou os setores mais suscetíveis a questões de ocorrência de algum risco geológico. Isso apontou algumas áreas, quer dizer, de uma maneira geral você tem uma situação razoavelmente estável do terreno lá. Você tem uma condição geológica, um substrato lá, cristalino. Então você tem uma condição de solo, vamos dizer assim, mais estável. A não ser daquelas condições de associação de uso e de topografia aonde você efetivamente tem o risco de instabilizações, que podem redundar em escorregamentos e outros processos. No trabalho que estamos desenvolvendo, lá do plano do bairro, existe uma equipe de geólogos que está refinando essa informação, inclusive recentemente foi o pessoal fazer algumas sondagens para comprovar a suposição do anterior e da verificação que foi feita recentemente por essa equipe. Então, não é uma situação geral, para todo o município, pelo menos o distrito de Perus. A Anhanguera é a outra condição geológica, é a outra condição substrato de solo, aliás condições de declividade muito piores do que de Perus, que vai certamente suscitar outro tipo de discussão. A questão da limitação a ser dada pelo substrato geológico, não parece ser esse o fator restritivo. A questão dos 5 andares, dos 5 pavimentos, está muito mais numa percepção da população com relação ao panorama da cidade, ao que ele gostaria de ter em volta dele, do que ele pode descortinar da paisagem, do que propriamente uma condição física. Então se há uma percepção da comunidade de que a verticalização é prejudicial pro seu ambiente urbano, pro seu espaço de vida, eu acho que isso deveria ser respeitado. Independentemente do ponto de vista físico, você teria condições de ter uma elevação maior da condição.

**Sandra Cristina – Subprefeita de Perus:** Só pra completar, situações de risco apontadas pelo IPT, em 2004, salvo engano, eram 11 situações críticas em Perus, 10 foram solucionadas. Algumas que foram apontadas aqui, que foram identificadas inclusive, a gente já ta com o processo prontinho, só aguardando o SEMPLA liberar a nossa emenda parlamentar pra poder fazer ainda esse ano. Está bem encaminhado lá, porque realmente são situações gritantes e que tem que ser dada a solução. Por exemplo, o caso da Epinder, Ernesto Bottoni, Cavalão Marinho, um trecho da Cavalão Marinho nós já fizemos inclusive. Só existe uma que vai ser também objeto da discussão lá em SEHAB, que está no distrito Anhanguera, mas tudo que foi apontado, foi encaminhado e solucionado.



**Conselheiro Marcos Moliterno:** Está ótimo, obrigado.

**Guilherme Salgado - URBE:** Quanto à restrição de crescimento, o professor já respondeu anteriormente.

**Coordenadora Helena Magozo:** Então eu queria agradecer a presença do professor Candido, do Guilherme. Permita-me colocar que eu acho muito interessante a divulgação das assembléias para a SEMPLA pelo processo inédito que está sendo estabelecido, e eles têm uma grande atenção onde ocorrem desdobramentos do plano diretor, do plano local. Então era interessante haver uma comunicação, Fernando, para que essa integração possa se ocorrer mais rapidamente.

**Conselheiro Fernando Gasperini:** Inclusive porque, provavelmente, no próximo nós vamos ter a seqüência da revisão dos planos regionais. E quem sabe algumas contribuições até poderiam ser repensadas, poderiam ser inseridas também nessa reunião.

**Coordenadora Helena Magozo:** Muito obrigada. Eu queria só articular um encaminhamento com os conselheiros. O conselheiro Luiz tem um posicionamento na necessidade de se retirar, você podia se colocar Luiz? Sobre a necessidade de você se retirar, não é isso que você me colocou? E nós vamos ter um problema de quorum, além da questão do tempo, de atenção mesmo com o processo deliberativo, com a saída do Luiz.

**Conselheiro Luiz Ferrua:** O que eu vejo é o seguinte, não podemos aprovar esses 12 projetos que aí estão de afogadilho.

**Coordenadora Helena Magozo:** Deliberar.

**Conselheiro Luiz Ferrua:** Nós teríamos um prazo de uns 30, 40 minutos para aprovar esses 12 projetos, que eu acho que seria altamente inconveniente. Minha proposta e adiar essa reunião para, especificamente, aprovarmos esse projeto numa data posterior que eu sugiro que seja na terça-feira que vem.

**Coordenadora Helena Magozo:** Luiz, na terça-feira que vem, nos lembraram, vai haver a reunião do CADES, nesse mês, excepcionalmente, passou da última quinta para última terça. Mas o que nós estamos combinando é que seja então, nós vamos ver sala, tudo, daqui a 15 dias.

**Conselheiro Luiz Ferrua:** Ok, pra mim tudo bem.

**Coordenadora Helena Magozo:** Uma outra coisa que eu queria chamar atenção para vocês, então os projetos estão inteiramente à disposição para análise. Vocês querem que nós marquemos mais tarde a deliberação, para vocês terem tempo de consulta?

**Conselheiro Luiz Ferrua:** Eu acharia conveniente.

**Coordenadora Helena Magozo:** Então nós podemos marcar a deliberação, para que horas vocês acham? 11:00 horas?

**Conselheiro Luiz Ferrua:** Na minha opinião seria às 10:00 horas.



**Coordenadora Helena Magozo:** 10:00 horas a deliberação.

**Conselheiro Marcos Moliterno:** Eu acho que o importante, mais do que deixar esse tempo para deliberação, é verificar, por exemplo, na pauta se não vai ficar muito carregada.

**Coordenadora Helena Magozo:** A pauta, então seria o seguinte: a deliberação sobre esses 12 projetos, que se manteria, porque aí nós terminaríamos a avaliação dos projetos apresentado no Edital 5. E também vocês vão estar recebendo uma proposta de resolução sobre pedido de reconsideração no CONFEMA. Porque nós não temos uma normatização sobre isso. Então nós estamos propondo, e a gente gostaria que vocês analisassem com antecedência, para nós podermos deliberar sobre isso. Porque assim a gente resolve os pedidos que chegam, um procedimento, de uma maneira mais organizada. A pauta seria: a deliberação sobre pedidos de reconsideração e dos 12 projetos que estarão sendo colocados.

**Conselheiro Marcos Moliterno:** Em uma data a ser discutida ainda, não é?

**Coordenadora Helena Magozo:** Possivelmente, para daqui a 15 dias. Porque nós não podemos avançar muito para depois fechar os convênios.

**Conselheiro Marcos Moliterno:** Na outra terça tem CADES, depois na outra eu não estou em São Paulo.

**Coordenadora Helena Magozo:** Daí nós vamos analisar a questão de quorum, Moliterno, vamos ver o que é possível. Eu queria agradecer a presença do Helio, de todos vocês. Daqui a 15 dias nós articulamos a reunião, o quorum e tudo. Obrigada.

#### **EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO**

Presidente do Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente  
e Desenvolvimento Sustentável - CONFEMA

#### **Presentes:**

Conselheira titular Zania Maria Matias Gouveia – Secretaria de Finanças  
Conselheiro titular Marcos Moliterno - Instituto de Engenharia  
Conselheiro titular Luiz Ferrua Filho – SAJAPE  
Conselheiro suplente Fernando Henrique Gasperini - SEMPLA

#### **Representando o Presidente do CONFEMA**

Helio Neves

#### **Coordenadora do CONFEMA**

Helena Maria de Campos Magozo

#### **Secretário Executivo**

Rubens Borges

#### **Convidados:**

Candido Malta Campos Filho - URBE Planejamento, Programação e Projetos  
Francisco Guilherme A. Salgado – URBE Planejamento, Programação e Projetos  
Alice Kehdi Naime – Comissão Técnica de Avaliação/ FEMA